

Sobre o Programa do XXIV Governo



João Rodrigues
Director executivo da
Associação Portuguesa
dos Industriais de
Engenharia Energética
(APIEE)

Aceitei o desafio que me foi colocado pelo Ricardo Batista, o Director Editorial do Construir, de escrever um artigo de opinião sobre o programa do novo governo, com o propósito de contribuir para a construção de uma sociedade madura e responsável onde todos tenhamos a oportunidade de apresentar os nossos pontos de vista.

Tal como tive oportunidade de escrever num dos meus anteriores artigos, nas empresas e nas associações empresariais não fazemos política vista pelo ângulo da política partidária, mas porque empregamos pessoas, geramos fluxos económicos

sobre os quais são pagos impostos e estamos sujeitos aos regulamentos existentes, somos actores directos de política social, fiscal e regulamentar.

Assim sendo, temos toda a legitimidade e interesse em apresentar os nossos pontos de vista, procurando contribuir para o estabelecimento de compromissos que sejam úteis para todos e em consequência geradores do desenvolvimento empresarial, social e ambiental que a todos deve motivar.

Convicto da importância de que cada um de nós tenha sempre presente as suas principais prioridades de acção, bem como a clareza de como pode contribuir para as alcançar, começo por identificar aquelas que têm sido as prioridades da APIEE, que costumo dizer ser a associação empresarial mais representativa dos instaladores de energia e de telecomunicações que operam em Portugal.

Mão de obra formada, qualificada e na quantidade necessária para executar os múltiplos projectos em curso e anunciados; Transição Energética justa e equilibrada; aposta na transformação digital em todo o seu profundo potencial; simplificação de processos de licenciamento mantendo em simultâ-

neo os actuais padrões de qualidade e alteração nos critérios de decisão valorizando o longo prazo e a Sustentabilidade são, em breves palavras, as principais prioridades a que nos temos dedicado.

Fazendo a necessária leitura do Programa do XXIV Governo Constitucional, que foi apresentado à Assembleia da República, bem como do documento resumo que o acompanhava, encontro declaradas ambições com as quais me revejo facilmente.

Um Governo de Mudança e com visão reformista; que pratique um permanente diálogo com as partes interessadas; que promova o reforço de rendimentos; que aposte na saúde, educação, justiça e habitação; que promova oportunidades para os jovens em Portugal; que promova a Liderança na transição energética, digital, sustentabilidade e acção climática, são ambições nas quais me revejo e que considero profundamente importantes para o futuro do nosso país.

É para mim também evidente que esta declaração de ambições não surpreende, visto estar totalmente alinhada com as expectativas das populações, especialmente no que diz respeito à saúde, educação, habitação e rendimentos, bem como alinhada com as políticas promovidas pela União Europeia, especialmente aquelas que envolvem as questões ambientais e energéticas.

Estando então criadas as condições de base para levar à prática estas ambições, diria que se torna fundamental algo que frequentemente falha no nosso país: a operacionalização. Este é para mim o ponto fundamental, a capacidade de decidir e passar à acção.

qui, parece-me importante ter presente que o resultado das eleições realizadas no passado mês de Março deram ao Governo um apoio minoritário na Assembleia da República, pelo que apenas a capacidade de diálogo, associado à capacidade de decidir e executar, poderá levar o Governo ao sucesso pretendido.

Em simultâneo, não descuro o risco que as causas que levaram à queda do anterior governo conduzam a ainda maiores dificuldades em promover a profunda simplificação de processos, que as empresas e as associações empresariais há muito reclamam, bem como à dificuldade de reunir consensos políticos que promovam a reforma da justiça que

Convicto da importância de que cada um de nós tenha sempre presente as suas principais prioridades de acção, bem como a clareza de como pode contribuir para as alcançar, começo por identificar aquelas que têm sido as prioridades da APIEE, que costumo dizer ser a associação empresarial mais representativa dos instaladores de energia e de telecomunicações que operam em Portugal

O Autor escreve segundo o Novo Acordo Ortográfico

as empresas e os cidadãos ambicionam.

Julgo que todos estamos de acordo não ser razoável que os tribunais demorem anos a decidir casos que muitas vezes parecem razoavelmente simples de decidir. Todos aqueles que tenham uma razoável experiência na vida empresarial, conhecem casos de processos que demoraram anos a ser decididos, certo? Por outras palavras, o que adianta haver as leis, se no caso de divergências não houver decisões rápidas?

Tenho consciência que é mais fácil escrever do que fazer e é por isso que a APIEE, na legítima representação dos seus associados, tem procurado desenvolver um diálogo aberto, permanente e que envolva todas as partes interessadas dos sectores onde operamos e que verdadeiramente sirva os superiores interesses do nosso país.

Consideramos ser esta uma das principais missões das modernas associações empresariais e por isso temos insistido no estabelecimento deste diálogo.

A nossa experiência na formação e qualificação de profissionais; a capacidade demonstrada pelos nossos associados na execução dos mais importantes projectos de interesse nacional; a capacidade demonstrada na execução dos diferentes tipos de projectos que colocam Portugal como um país de referência na Transição Energética; a capacidade também demonstrada no domínio das mais avançadas tecnologias digitais, comprovam que esta-

Julgo que todos estamos de acordo não ser razoável que os tribunais demorem anos a decidir casos que muitas vezes parecem razoavelmente simples de decidir. Todos aqueles que tenham uma razoável experiência na vida empresarial, conhecem casos de processos que demoraram anos a ser decididos, certo? Por outras palavras, o que adianta haver as leis, se no caso de divergências não houver decisões rápidas?

mos habilitados a contribuir activamente para as ambições declaradas pelo Governo da República.

É por isso que digo que se não queremos ser um país permanentemente adiado, se não nos conformamos com o nosso atraso face a outros países europeus, se não queremos continuar amarrados à burocracia e se verdadeiramente nos aflige esta incapacidade de decidir, é altura de passar à acção e fazer acontecer. **C**



HN

FOR A SAFE ELECTRIC FUTURE

O PEQUENO POR VEZES GRANDE

NOVO!

A NOVA CAIXA ENYCASE DK 0100

A porta de entrada no mundo Hensel.
Com todas as vantagens das caixas de derivação da HENSEL.

TEV2

hensel-electric.de/pt-pt

HENSEL